

## AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE MST E AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Carmen V. dos S. Castro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Estas reflexões fazem parte da construção da tese de doutorado “A Dimensão da Experiência Social nas relações entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as Universidades”, desenvolvida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ – com orientação de Clara Torres Ribeiro. As análises desenvolvidas na pesquisa sobre as relações entre movimento social e universidade se abriram em “novos” desafios teóricos a partir das categorias teóricas “intelectual orgânico” e “práxis social”.

Palavras-chave: movimentos populares-universidades-educação popular

“(…) somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.”

A Ideologia Alemã  
Karl Marx e Friedrich Engels

A primeira pergunta para esta comunicação foi: quais as relações sociais produzidas entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as universidades públicas?

Neste sentido, o que se quer aqui não são as relações sociais imediatas entre estes dois agentes/sujeitos/campos sociais distintos. Mas, busca-se a possibilidade de construir reflexões teóricas e metodológicas sobre uma experiência social da classe trabalhadora (THOMPSON, 1981), a partir do encontro e suas mediações entre movimento social popular e instituição universitária de ensino, pesquisa, e até extensão – a perna atrofiada deste tripé, que supostamente seria o elo de ligação da universidade com as questões das classes sociais subalternizadas. Para isto a re-constituição histórica do sujeito social trata-se de condição necessária para a reflexão do que vem sendo produzido entre MST e universidades - o que desencadeou este encontro, os resultados desta combinação de práticas sociais diferenciadas e os desafios da construção de uma *práxis criadora* nas universidades (GRAMSCI, 1978; VÁSQUES, 1977).

O que se quer com estas questões, quiza, é contribuir com reflexões mais ampliadas sobre os movimentos sociais populares e o que vem se gestando junto às universidades públicas como experiências de interesse das classes trabalhadoras.

Para tanto, nos parece importante começar pelo pressuposto teórico de recompor a realidade concreta e suas condicionantes mais gerais das quais os sujeitos sociais estão envolvidos. Assim, se faz necessária a contextualização do movimento social popular, como movimento da classe trabalhadora,

nas relações sociais produtivas. No caso, entendemos que o MST se compõe como parte de um todo implicado pela relação capital-trabalho no Brasil - com as contradições de um capitalismo de tipo periférico e a questão agrária gerada no avanço do capital sobre o campo.

Dito isto, um ponto de partida da pesquisa foi a compreensão da questão agrária no Brasil. Neste breve trabalho, é importante dizer que o MST é um movimento social que surge do e com o processo de luta e resistência à expropriação e à superexploração da força de trabalho, na conjuntura do final dos anos de 1970. Porém, este processo é um *continuum* da formação do capitalismo no Brasil e do avanço do capital no campo que gera uma problemática agrária. Florestan Fernandes, nos lembra que o Brasil Moderno se constituiu de um capitalismo de “tipo” dependente que internamente entrelaçou o “ultra-moderno” e o “ultra-arcaico”. A configuração do capitalismo no Brasil possibilitou que se estendesse, no processo de transição neocolonial, um sistema pré-capitalista sobre as relações de produção dos setores agropecuário e extrativo, retirando a possibilidade de mercantilização das relações de trabalho; mantendo, através do fluxo brutal de renda, as forças do trabalho à quem do próprio processo capitalista. (FERNANDES, 1976: 176-177). De modo que, não só no campo, evidentemente, mas especialmente neste espaço de produção capitalista, as relações de produção são mantidas sendo sob superexploração e contínua expropriação (vejamos as denúncias de trabalho escravo na atualidade).

Esta situação veio gerando sucessivas experiências de lutas dos trabalhadores (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1989). Cabe recortar este intenso processo de resistência ao longo da formação do capitalismo. A luta dos trabalhadores do campo tomou um sentido de luta mais amplo ao romper uma perspectiva local e ao articular-se entorno da bandeira da reforma agrária. Seja pelas alianças entre trabalhadores do campo e da cidade com outros grupos e classes sociais. Seja pelas demandas dos trabalhadores que se incorporaram em projetos políticos de sociedade. Um caso exemplar foi a atuação política das Ligas Camponesas frente a conjuntura que se formou entre 1945 e 1964 (MARTINS, 1981; STÉDILE, 2002).

A questão agrária no seu período mais recente no Brasil se mantém na própria contradição capital-terra e na fusão entre estes dois elementos pelas classes dominantes. Segundo Martins, “Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (MARTINS, 1981: 177).

A conjuntura do final dos anos de 1970 no Brasil conjugou uma crise econômica do capitalismo com a fragilidade política e social do regime de ditadura militar e uma crise social nas condições das forças produtivas. No campo, esta situação resultou para os trabalhadores em: processos de expulsão da

terra: ausência de políticas do Estado para a produção familiar; endividamentos de pequenos produtores com bancos; a compressão de direitos dos assalariados; entre outras questões<sup>1</sup> A esta efervescência social e política se liga a re-organização dos grupos e classes sociais no conjunto da sociedade brasileira<sup>2</sup>.

O MST se forjou nesta conjuntura política: numa luta de resistência das famílias no Sul do País que estão vivenciando a pressão direta da expulsão das terras e passam a negar a remoção para os projetos de colonização no Centro Oeste – que já demonstravam seus limites com o retorno de famílias que não tiveram condições de se instalarem na terra, produzirem economicamente e se reproduzirem socialmente; na permanente migração de trabalhadores não somente para as grandes cidades, mas de médio e posteriormente de pequeno porte; e das diversas lutas de ocupação de terra que se intensificam nacionalmente no final dos anos de 1970. A bandeira da reforma agrária foi re-composta pelos movimentos sociais tanto como parte da perspectiva de democratização política; quanto parte do desafio organizativo da construção de um programa de reforma agrária voltado para as necessidades dos trabalhadores e a partir destas (MST,1995). Neste aspecto, somam-se as lutas de grupos de trabalhadores do campo e da cidade por organizações “autênticas” contra o sindicalismo “pelego”, “amarelo”, com uma atuação dentro da institucionalidade estatal.

As experiências sociais produzidas no processo de luta dos trabalhadores enfrentaram as condições de um capitalismo com características próprias, que gera uma questão agrária com contornos dramáticos para a vida dos grupos e classes sociais envolvidas. A concentração de terras faz parte da tragédia capitalista no campo, juntamente com a concentração da renda e a expropriação do trabalho em níveis elevados. No trabalho de Palmeiras e Leite (1998), destacam-se *debates econômicos, processos sociais e lutas políticas* frente às mudanças ocorridas no campo. Entre as distintas leituras dos estudiosos sobre os rumos da agricultura, destaca-se uma análise sobre a questão agrária e o enfrentamento dos trabalhadores feita por Maria da Conceição Tavares, em artigo no jornal Folha de São Paulo, em 1996: “A 'revolução agrícola' (...) 'desativou' o significado econômico clássico da reforma (a formação do mercado interno), (...) a terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários 'tradicionais' (...)'. E, depois de lembrar que a terra 'mantém (...) notável importância econômica e

---

1 Apesar de toda a repressão da ditadura militar, a luta dos trabalhadores encontrou espaço em sindicatos e nas ações de greve de trabalhadores assalariados (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1989).

2 Ver SADER (1988) sobre o processo de retomada das lutas sociais no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Ver IASI (2006) sobre um novo ciclo de organização das lutas da classe trabalhadora com a fundação do PT e da CUT. Ver BRUNO (2002) sobre reorganização das classes dominantes rurais, a emergência da UDR e a reação das elites rurais à organização dos trabalhadores.

política', conclui: “a confluência no campo de dois processos – a modernização conservadora da produção e o agravamento dos fatores de exclusão nas áreas tradicionais e de fronteira – tende a tornar mais crítica a questão da terra” (PALMEIRAS e LEITE, 1998: 104 a 105).

Feito este percurso sobre a estrutura e as relações de produção, cabe adentrarmos especificamente a trajetória organizativa do MST como parte da resposta organizativa dos trabalhadores do campo, na perspectiva do ser social que surge da ação em direção à consciência social (THOMPSON, 1981).

O MST a partir do processo de luta pela terra e reforma agrária contrói diversas experiências sociais, em respostas às necessidades imediatas dos trabalhadores no campo e às necessidades de mediações políticas e organizativas. O Movimento de Trabalhadores Sem Terra a partir da sua formação - seu primeiro Encontro de fundação e seu primeiro Congresso, respectivamente 1984 e 1985 - experimenta o desafio das famílias viabilizarem sua vida na terra e a perspectiva de formular experiências sociais de “novo tipo”. Diversas práticas sociais se constituem nas ocupações, acampamentos e assentamentos frente a desafios, dilemas e contradições, como o início de uma práxis que surge das condições materiais e precisam ser teoricamente formuladas para que atendam efetivamente às necessidades. A luta se constitui como o processo de resposta (experiência social em Thompson) que se diversifica nas lutas por infra-estrutura, créditos para investimento e custeio da produção, habitação, eletrificação, o acesso à saúde e à educação, entre tantas demandas. Pressuposto concreto da existência humana de que “é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX, 2008: 39). O Movimento se organiza em setores – educação, produção, formação, entre outros – que estrutura parte da organicidade do corpo militante e dirigente (MST, 2001).

A perspectiva de contruir respostas às necessidades de organização lança o Movimento em lutas específicas – que se frise , não particularistas. Parte do todo, a luta pela educação se constituiu numa prática social desenvolvida a partir de necessidades bastante concretas das famílias sem terra e da reposta da organização a esta demanda. As condições materiais que dificultam, senão inviabilizam, a permanência das famílias sem terra nos acampamentos e assentamentos, se agudizam com a ausência da escola e se constitui também como uma questão para organização no sentido das famílias se manterem lutando pela terra e pela reforma agrária.

É neste sentido que podemos identificar aqui a demanda de educação em três momentos de amadurecimento e formulações: a) pela educação de ensino fundamental voltada principalmente às crianças acampadas e assentadas, tendo em vista a permanência das famílias; b) por formação técnica e profissionalizante de ensino médio juntamente com a formação política e militante para jovens e

adultos que levou a construção de escolas por parte do MST, para garantir uma formação que viesse de encontro com a luta implementada pela organização dos trabalhadores; c) por educação universitária com a composição de turmas em universidades e nas escolas de formação política, tendo em vista a necessidade de dominar teórico e metodologicamente os conceitos da própria educação. Estes momentos, não ocorreram em etapas, ao contrário, são simultâneos e ainda acontecem em resposta às condições de desenvolvimento social do campo e ao processo de luta nos acampamentos e nos assentamentos<sup>3</sup>.

A educação, por um lado, nos diferentes níveis de escolarização, trata-se de uma demanda imediata das bases sociais que compõem o Movimento; por outro, a educação se constituiu na mediação que o Movimento precisa construir como organização dos trabalhadores sem terra frente às condições materiais do campo. Exigir a educação, criar alternativas de escola e produzir formação de educadores, em determinado momento, tornam-se componentes importantes para o Movimento qualificar a luta por ensino fundamental, na alfabetização de jovens e adultos, no ensino médio técnico e profissionalizante de trabalhadores na produção e no magistério, na educação infantil (CALDART et al, 2006).

Em relação a experiência dos cursos universitários é importante destacar o primeiro curso de graduação de Pedagogia da Terra<sup>4</sup> do Movimento em parceria com a Universidade de Ijuí, instituição privada, definida como filantrópica, localizada no Rio Grande do Sul. Com a articulação de professores da UFRGS, de representante da UNB e com o apoio do Programa Nacional de Educação da Reforma agrária, este Curso se realizou entre 1997 e 2001. E paralelamente a realização deste Curso, surge um outro também de Pedagogia da Terra junto a Universidade Federal do Espírito Santo, no município de São Mateus. E na sequência muitos outros cursos de diferentes áreas do conhecimento, de graduação, especialização, extensão e de mestrado. O que nos cabe ressaltar aqui é o caráter destas iniciativas do Movimento, ousadas, do ponto de vista do quanto a Universidade está longe de atender aos grupos e classes trabalhadoras, e que se tornam recorrentes na quantidade dos cursos e que qualitativamente passam a produzir experiências sociais de luta pela educação e pelo conhecimento.

Um elemento importante de viabilidade dos cursos, principalmente de graduação e especialização, entre o MST - e também outros movimentos sociais – e as universidades públicas tem sido os projetos vinculados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Este Programa de política pública tem o objetivo de viabilizar financeiramente as turmas universitárias (não nos cabendo

---

3 A experiência das Escolas Itinerantes é uma resposta organizativa que vem de encontro com a necessidade das famílias acampadas.

4 Ver Caldart (2000), autora faz importante elaboração sobre o processo educativo no MST e desenvolve a idéia de uma “pedagogia da terra” que se desenvolve no processo de luta.

aqui avaliar o seu funcionamento, dado o recorte desta reflexão) e foi formulado a partir da atuação dos movimentos sociais em parceria com outras instituições da sociedade civil<sup>5</sup>.

No que tange a formação política, a seguinte formulação traz importantes elementos sobre as práticas sociais do Movimento:

É importante observarmos que, para o MST, a formação política é um processo amplo e abrangente, que se realiza integralmente, seja através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. Portanto, abrange diferentes momentos e estratégias e se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. Neste sentido, formação política se distingue de formação técnica e de educação formal enquanto um momento privilegiado de capacitação, que não se resume, de forma alguma, aos cursos de formação. Assim, na compreensão do movimento, o militante se forma politicamente em todos os momentos de sua participação, desde as discussões da base de acampados e assentados até os congressos nacionais, desenvolvendo, neste cotidiano, o conjunto de habilidades necessárias para uma atuação crítica, coerente e unitária. Esse entendimento não descarta, pelo contrário, requer cada vez mais o esforço e a dedicação ao estudo sistemático e aprofundado, principalmente da filosofia, da economia política, da história e da realidade em que estamos atuando (LIBERTAS, 2009: 4).

A formação política dos militantes no Movimento, citada acima na sua *abragência de momentos e estratégias de lutas cotidianas*, ganha reforço nos estudos sobre realidade brasileira em cursos que foram realizados em conjunto com as universidades públicas. Em 1999, o MST realizou no ginásio da Universidade Estadual de Campinas um curso nacional denominado de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural (CASTRO, 2005), e mais três edições nos anos seguintes. Em 2001, o MST em convênio com o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, iniciou um curso de extensão denominado “Realidade Brasileira: a partir dos grandes pensadores brasileiros” voltado para um público menos específico de jovens e mais um curso voltado para militantes e dirigentes da própria organização e de outros movimentos sociais populares. Neste curso de 4 encontros, ou etapas como são chamados, durante 2 anos, o MST construiu um programa de estudos com determinadas temáticas que foi sendo amadurecido a medida que parcerias foram sendo construídas com outras universidades. Outros temas foram sendo construídos nestas parcerias como os estudos sobre América Latina e sobre o capital e o capitalismo no mundo (LIBERTAS, 2009).

O MST com diferentes espaços de formação política, tem nos cursos um ponto de encontro com as universidades de informação, aquisição de conhecimento, de reflexão e de troca de saberes de práticas e fazeres sociais distintos. Os cursos com as universidades, fora e dentro do espaço

---

5 O PRONERA surgiu em 1998, fruto de uma articulação entre: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Movimento Sem Terra – MST, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e Universidade Federal de Brasília – UNB. Estas instituições realizaram em 1997 a I Conferência de Educação Básica do Campo que legitimou uma rede político-social permanente de luta por educação do/no campo, denominada “Articulação por Uma Educação Básica do Campo”, aprovou uma pauta reivindicativa de pressão ao Governo Federal e de indicação de criação do PRONERA com representação da UNB (ARROYO et Al, 2002).

universitário, se institucionalizaram como cursos formais e a vinculam a escolarização com a formação política. Práticas de educação e formação política que o MST já realizava e que as universidades, em parte, conhecem através dos movimentos sociais que se formam por dentro dos espaços universitários. Entretanto, as relações entre o Movimento e as universidades vêm intensificando a realização dos cursos de cerca de 13 anos. Há um investimento organizativo nos estudos que envolvem mais intensamente intelectuais, professores e pesquisadores das universidades e brechas nas instituições para que se abram a demandas vindas dos grupos e classes trabalhadores (CASTRO, 2009). Ainda incipientes frente ao que representa o *deficit* educacional no País, mas nada desprezível no sentido da experiência social que se gesta e dos desafios que daí poderão surgir.

Mas cabe ainda, perguntar o que é a Universidade no Brasil? Do ponto de vista crítico, de novo com Florestan Fernandes, desta vez, juntamente com Darcy Ribeiro, nos possibilitaram algumas apreensões.

A Universidade na sua origem como instituição encontra-se inserida em *processos arcaicos, anti-nacionais* e com uma carga institucional elitizante, dependente, precária e exteriorizada das necessidades da realidade brasileira (FERNANDES, 1979). Neste sentido, Fernandes destaca a necessidade de uma "universidade nova", como exigência da democratização, do conhecimento científico, do ensino e da pesquisa, bem como, da sociedade e de suas estruturas.

Ela tem de exprimir novas concepções educacionais, uma nova mentalidade intelectual e uma nova compreensão das relações da universidade com a sociedade brasileira. Ela traz em seu bojo uma educação voltada para a vida humana nos marcos da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica; uma inteligência inquieta, ativa e responsável; bem como um impulso irredutível à democratização de si mesma, da cultura e da sociedade. (FERNANDES, 1979: 65 a 67).

Do mesmo modo, Darcy Ribeiro elabora sobre "A Universidade Necessária" (1969):

(...) a função criativa de dominar e ampliar o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas, seja como condição indispensável ao exercício da docência, seja como objetivo essencial em si mesmo. Mediante o exercício desta função, a universidade incorpora à sociedade a que serve todo o esforço de interpretação da experiência humana. E lhe agrega as expressões de criatividade cultural de seu povo, para capacitá-la a realizar suas potencialidades de progresso e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo (RIBEIRO, 1969: 74).

Os trabalhos dos autores responderam a uma conjuntura política e trazem pontos críticos da estrutura das universidades como espaço de disputa entre classes e grupos sociais - tanto de "setores que as querem conservadoras e disciplinadas" e quanto de "setores que aspiram a vê-las renovadoras e até revolucionárias" (RIBEIRO, 1969). Os dois autores apontam para possibilidades de mudança da Universidade desde que os espaços de educação universitária enfrentem as questões que se colocam no conjunto da sociedade e de que assumam possíveis funções e papéis na transformação social do Brasil

Estas ressalvas sobre as universidades são importantes, tendo em vista, que as universidades vêm gestando experiências que intensificaram-se. E com isto o desafio de práticas e teorias sociais que tornem os espaços educativos, formativos e de conhecimento das universidades mais democráticos no acesso, na produção de conhecimento e no próprio processo de conhecer. Isto dentro de um processo mais largo de atribuição de um papel social à universidade – qual ou quais sejam – reconhecido por setores sociais populares e ou pelas classes trabalhadoras subalternizadas.

É neste sentido que a mediação da educação popular foi um caminho trilhado até certo ponto para olhar este encontro entre MST e universidades. Isto através da perspectiva da educação popular como: experiência sistematizada de práticas sociais vindas da organização da classe trabalhadora como processos de luta de grupos populares por educação pública<sup>6</sup>; e debate sobre a concepção de educação como educação voltada para o povo ou proposta formulada por grupos e classes sociais (BRANDÃO, 1977; 1984).

Portanto, uma hipótese teórica aberta é de que a necessidade da organização dos trabalhadores do campo seja a de aprofundar sua atuação e sua própria compreensão de educação. E com isto se produzam experiências de uma *práxis criadora* (GRAMSCI, 1978; VÁSQUES, 1977) de respostas efetivas às necessidades dos trabalhadores no campo.

É neste sentido que algumas formulações teóricas e metodológicas de Gramsci foram tomadas como suporte teórico para pensar experiências que vem sendo formuladas a partir do encontro de práticas sociais de luta dos movimentos sociais e as universidades públicas. Gramsci, nesta reflexão se constitui como autor, menos como um ponto de partida, e mais como ponto teórico e metodológico de retomada das questões em outro patamar de reflexão.

A categoria de intelectuais do autor tem papel na superestrutura do sistema capitalista e lança luz sobre algumas questões. Ao explicar as origens históricas do intelectual e retomar o que seja “o ponto central da questão (que) continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional; (...)” (GRAMSCI, 1982:13), ele anuncia o papel intelectual do partido político moderno na sociedade civil.

Resulta que do encontro entre os “intelectuais orgânicos de um grupo social” e os intelectuais que atuam na função de intelectuais tradicionais a possibilidade de gerar intelectuais políticos qualificados para o conjunto da sociedade. Desta maneira, queremos abrir a questão de que o encontro de intelectuais das universidades com os dirigentes e militantes do MST pode se constituir experiência

---

<sup>6</sup> Sobre as pressões políticas das classes populares sobre o Estado para a expansão do ensino regular, em bairros de São Paulo nas décadas de 1940 a 1950, ver os trabalhos de: BEISIEGEL (1984): – o autor analisa sob a ótica da antecipação política das elites no Estado às demandas populares; e SPÓSITO (1984) – a autora analisa o processo como parte das conquistas populares sobre educação.

que: qualifica militantes e dirigentes de diferentes movimentos sociais; possibilita a qualificação dos professores intelectuais nos seus fazeres, através de temas e questões teóricas; e a formação de sujeitos que venham atuar na sociedade através da escolarização e de uma formação crítica.

De certo modo, o autor chama a atenção para a função que alguns destes intelectuais possam a vir desempenhar: “confundem-se com os intelectuais do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através da participação na vida estatal senão mediocrementemente ou mesmo nunca” (14-15). A medida que intelectuais tradicionais passam a participar de espaços da organização política, o autor destaca que isto não é um problema. Uma organização em relação aos seus intelectuais “(...) poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual”. (GRAMSCI, 1982: 15).

Outra questão a ser aberta aqui, com o suporte teórico de Gramsci, trata-se da experiência das relações sociais entre MST e universidades a gestarem-se como práxis educativa e intelectual. Em uma nota nos escritos sobre “a organização da cultural”, o autor destaca que “Mesmos as iniciativas notoriamente transitórias e experimentais deveriam ser concebidas como capazes de ser absorvidas no esquema mais geral” da organização do trabalho cultural relativo à “Escola Unitária” (GRAMSCI, 1982: 127) - o autor está se referindo aqui às experiências do Rotary Club.

As experiências gestadas entre MST e universidades lançam questões que passam pela perspectiva de projeto político. Destacaremos 3 aspectos em que pese esta reflexão: de que uma experiência que tenham indivíduos da classe trabalhadora, não se distingue a priori da experiência social de educação convencional; até que ponto a educação desenvolvida retoma o “fazer” de luta e resistência da classe trabalhadora de exploração e expropriação capitalista - em termos de objetividade e subjetividade construídas nos movimentos sociais; e as práticas de formação políticas e educação das organizações sociais são tomadas como parte de uma práxis do fazer teórico e metodológico nas universidades. Os desafios teórico e metodológicos sendo construídos nas análises sobre o encontro, entre o movimento social com práticas de formação política e de educação popular com instituições de ensino universitário tornam-se geradores de experiências de “intelectuais orgânicos” através de uma práxis social que enfrenta dilemas/ contradições/ necessidades.

**BIBLIOGRAFIA:**

- BEISIEGEL, Celso de R. In PAIVA, Vanilda (Org.). Perspectivas e dilemas da educação popular. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BRANDÃO, Carlos R. Da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação. Revista Proposta, Suplemento I. FASE, Setembro de 1977.
- \_\_\_\_\_. Saber e Ensinar, três estudos de educação popular. Ed. Papyrus, 1984.
- BRUNO, Regina Angela Landim. O Ovo da Serpente - Monopólio da Terra e a Violência na Nova República. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, março de 2002.
- CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CALDART, Roseli. PALUDO, Conceição. DOLL, Johannes (org.). Como se formam os sujeitos do campo? - Idosos, Adultos, Jovens, Crianças e Educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.
- CASTRO, Carmen V. S. A Mística de Tornar-se Jovem no MST – a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural (1999). Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, 2005.
- \_\_\_\_\_. Reflexões do Processo de Pesquisar as Relações sociais entre MST e universidades Públicas. Em LIBERTAS On Line. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Edição Especial. Acesso realizado em 10 de dezembro de 2009.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica. 2a. Edição. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- \_\_\_\_\_. Universidade Brasileira: reforma ou revolução? 2ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Ed. Alfa-omega, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. Os Intelectuais e A Organização da Cultura. 4a. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. Introdução à Filosofia da Praxis. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.
- IASI, Mauro L. As Metamorfoses da Consciência de Classe – o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LIBERTAS – ON LINE. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Edição Especial. Acesso realizado em 10 de dezembro de 2009.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- MEDEIROS, Leonilde S. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MST. Programa de Reforma Agrária. Caderno de Formação n.º 23. São Paulo: MST, 1995.
- PALMEIRA, Moacir. LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. Em COSTA, L. F. SANTOS, R. (org.). Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. Série Estudos sobre o Brasil e a América Latina - Vol. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- SADER, Eder. Movimentos Sociais. Em Quando novos personagens entram em cena. Editora Paz e Terra, 1988.
- STÉDILE, João Pedro. História e natureza das Ligas Comunes. São Paulo: Expressão Popular. 2002.
- STÉDILE, João P. FERNANDES, Bernardo M. Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SPÓSITO, Marília. O Povo vai à Escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. São Paulo: Loyola, 1984.
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria - ou um planetário de erros. Uma Crítica Ao Pensamento de Althusser. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa I – A árvore da liberdade. 3a. Edição. Rio de Janeiro: Paz

e Terra, 1997.

VÁSQUEZ, Adolfo. S. Filosofia da Praxis. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.